

NOS OLHOS DE MULHERES PRETAS SALTA O BRILHO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA

A LOS OJOS DE LAS MUJERES PRETAS SALTA EL RESPLANDOR DE UNA EDUCACIÓN ANTIRRACISTA Y ANTISEXISTA

IN THE EYES OF BLACK WOMEN JUMPS THE GLOW OF ANTI-RACIST AND ANTI-SEXIST EDUCATION

Recebido em: 21/01/2023

Aceito em: 10/04/2023

Hélen de Oliveira Soares Jardim¹ 

Dulce Mari da Silva Voss² 

Resumo: Neste texto trazemos algumas passagens das histórias, memórias, fazeres, poderes e olhares de mulheres pretas ativistas, pesquisadoras e escritoras que demarcam o legado a ser transmitido às novas gerações tendo em mira uma educação antirracista e antissexista. A partir de uma pesquisa bibliográfica acerca das experiências de vida, ações, visões e pensamentos de mulheres pretas protagonistas de estudos e lutas contra o racismo e o sexismo e de estudos teóricos, apontamos a complexidade das imbricações entre as categorias classe, gênero, raça, sexualidade, dentre outros marcadores culturais que se entrecruzam no delineamento e fortalecimento dos modos de ser, saber e poder engendrados no mundo contemporâneo. Tal compreensão requer fazer uso dos conceitos decolonialidade e interseccionalidade nas análises acerca das relações sociais, políticas, culturais e educacionais que reforçam ou combatem o racismo e o sexismo. Argumentamos que a construção de uma educação antirracista e antissexista demanda lançar olhares ao legado de mulheres pretas com vistas a criar territórios do aprender livres do racismo e do sexismo nos espaços e currículos das escolas e universidades, o que reverbera a pertinência de trazer para o cerne das ações pedagógicas visões de mundo, vidas e pensares de mulheres pretas.

Palavras-chave: Educação; Mulheres pretas; Decolonialidade; Interseccionalidade.

Resumen: En este texto traemos algunos pasajes de las historias, recuerdos, acciones, poderes y miradas de mujeres pretas activistas, investigadoras y escritoras que demarcan el legado para ser transmitido a las nuevas generaciones con el objetivo de una educación antirracista y antissexista. A partir de una investigación bibliográfica sobre las experiencias de vida, acciones, visiones y pensamientos de las mujeres pretas protagonistas de estudios y luchas contra el racismo y el sexismo y estudios teóricos, señalamos la complejidad de las imbricaciones entre las categorías clase, género, raza, sexualidad, entre otros marcadores culturales que se cruzan en el diseño y fortalecimiento de formas de ser, conocimiento y poder engendrados en el mundo contemporáneo. Esta comprensión requiere hacer uso de los conceptos de decolonialidad e interseccionalidad en los análisis sobre las relaciones sociales, políticas, culturales y educativas que refuerzan o combaten el racismo y el sexismo. Sostenemos que la construcción de una educación antirracista y antissexista exige echar una mirada al legado de las mujeres pretas con miras a crear territorios de aprendizaje libres de racismo y sexismo en los espacios y planes de estudio de las escuelas y universidades, lo que repercute en la pertinencia de llevar al corazón de las acciones pedagógicas visiones del mundo, la vida y el pensamiento de las mujeres pretas.

Palabras-chave: Educación; Mujeres pretas; Decolonialidad; Interseccionalidad.

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: helenjbage@gmail.com

² Doutora em Educação (2012), Mestra em Educação (1999), Especialista em Educação (1995) e Graduada em Estudos Sociais - Licenciatura Plena em História (1991) pela Universidade Federal de Pelotas. Concluiu Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professora Associada da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/Campus Bagé - RS). E-mail: dulcevoss@unipampa.edu.br

Abstract: In this text we bring some passages of the stories, memories, actions, powers and looks of black women activists, researchers and writers who demarcate the legacy to be transmitted to the new generations aiming at an anti-racist and anti-sexist education. Based on a bibliographical research about the life experiences, actions, visions and thoughts of black women who are protagonists of studies and struggles against racism and sexism and theoretical studies, we point out the complexity of the imbrications between the categories class, gender, race, sexuality, among other cultural markers that intersect in the design and strengthening of ways of being, knowledge and power engendered in the contemporary world. This understanding requires making use of the concepts of decoloniality and intersectionality in the analyses about social, political, cultural and educational relations that reinforce or combat racism and sexism. We argue that the construction of an anti-racist and anti-sexist education demands to cast a look at the legacy of black women with a view to creating territories of learning free of racism and sexism in the spaces and curricula of schools and universities, which reverberates the pertinence of bringing to the heart of pedagogical actions world views, lives and thinking of black women.

Keyword: Education; Black women; Decoloniality; Intersectionality.

INTRODUÇÃO

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea,
semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

Conceição Evaristo

Esse poema “A noite não adormece nos olhos das mulheres”, escrito por Conceição Evaristo em memória de Beatriz Nascimento, nos leva a ver o brilho das histórias, memórias, fazeres, poderes e olhares de mulheres pretas que tomam de assalto o mundo, ocupando espaços e lugares no meio social, político, científico e acadêmico. Olhares e eco das palavras de mulheres pretas que ocupam lugar de fala (RIBEIRO, 2020) ao protagonizar o combate ao racismo e sexismo. Mulheres pretas em constante vigília e em intensos movimentos fazem brilhar a vida aprendida pelas “mais novas” com as “mais velhas”, ancestralidades que abrem caminhos às novas gerações. Vigília expressa nas lutas antirracistas e antissexistas que atravessam a vida social brasileira, em tempos passados e presentes, tendo em vista o agravamento das desigualdades sociais que assolam as existências e os corpos de homens e mulheres pretas em nosso país. Uma configuração geopolítica e histórica de profunda injustiça social que decorre das imbricações perversas de classe, raça, sexualidade, gênero, dentre outros marcadores culturais em relações de poder assimétricas, o que requer o combate sem tréguas ao racismo e ao sexismo também no campo da educação.

Neste texto, pretendemos ressaltar o protagonismo de mulheres pretas engajadas nas lutas sociais antirracistas e antissexistas que reivindicam o direito à existência digna, o direito a diferir culturalmente, no contexto brasileiro. Portanto, buscamos sinalizar as histórias, saberes e fazeres de mulheres pretas protagonistas nessas artes de existência e resistências e que, assim, afirmam forças vitais forjadas pela atuação social, política e acadêmica, abrindo caminhos no combate ao sexismo e ao racismo no contexto brasileiro. Mulheres pretas ativistas, pesquisadoras e escritoras cujas ações e pensamentos abrem vias políticas, poéticas e éticas para que vidas transbordem e fortaleçam a criação de uma educação antirracista e antissexista.

Educação traçada por uma “Pedagogia da Encruzilhada”, como propõem Rufino (2019), enquanto compromisso com a vida, as múltiplas sabedorias, presenças e linguagens, estratégias de transgressão às injustiças cognitivas praticadas pelo colonialismo. Essa pedagogia é riscada em batalhas: (a) políticas – como ato de responsabilidade e luta contra o racismo antinegro e pela preservação da vida em sua diversidade; (b) poéticas – em diálogo cosmopolita com inúmeras sabedorias e formas de produção da linguagem; (c) éticas – na perspectiva de criação de uma potência educativa que articula a vida, a arte para a transformação dos seres. Três caminhos da pedagogia encarnada em Exú de invenção de novas possibilidades do mundo e de outros tempos. Praticar Exú como “ebó epistemológico” é buscar a abertura de caminhos por onde transpassem possibilidades (RUFINO, 2019).

Destacamos a necessidade de abertura dos currículos e dos espaços escolares e acadêmicos ao legado produzido por mulheres pretas, mediante a produção de territórios do aprender livres de preconceitos e violências. Criação de territórios pedagógicos de afirmação de diferentes estilos de vida, diferentes culturas, crenças, valores, artes e visões de mundo, em tempos e espaços múltiplos, onde as escolas e comunidades em que essas estão inseridas, se aproximam e entrecruzam. Territórios fecundos e potencializadores de saberes, fazeres e sentires outros nos quais as histórias, saberes e experiências produzidas por mulheres pretas tenham espaço garantido de interlocução e compartilhamento, o que corrobora para a construção de uma educação antirracista e antissexista.

Propomos o uso dos conceitos interseccionalidade, decolonialidade e lugar de fala como ferramentas de análise da vida social, política, cultural em que persistem racismos e sexismos, por entender que esses são fundamentais para a compreensão crítica e o debate dessa problemática no campo educacional, no que tange aos efeitos pedagógicos possíveis de transformar visões de mundo.

DECOLONIALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E LUGAR DE FALA

Cabe entender que o racismo e o sexismo constituem-se mediante a produção de necropolíticas (MBEMBE, 2019), em escala planetária, que separam territórios, segregam populações e culturas. Algumas vidas valem mais que outras, pois as exclusões estão associadas aos racismos, sexismos, misoginias, genocídios, colonialismos que expropriam forças vitais, descartam corpos negros, estrangeiros, trans, lésbicos, esses outros/as que não se ajustam à normalidade, à branquitude, a civilidade ocidentalizada. Políticas de morte que, ao longo da história, submetem populações pretas, mais que outras, à pobreza, ao desemprego, às violências de todo tipo. Resistir às políticas de morte é a palavra de ordem que ecoa no mundo.

Racismo e sexismo estão nas entranhas da colonização europeia e do padrão societário e civilizatório por ela empreendido e imposto às populações originárias e tradicionais das Américas, África e Ásia, durante os séculos XV ao XVIII, e que permitiu a expropriação, não só dos recursos naturais, mas dos corpos e modos de existência, destruição de culturas e da vida.

Corpos transformados em “energia combustível” para alimentar a máquina colonial de acumulação capitalista. Assim, afirma Mbembe (2019, p. 18) ao dizer que as políticas racistas do ocidente funcionam como tecnologia do exercício da morte: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado”. Necropolíticas que permanecem devastadoras pela colonialidade do ser, poder e saber que dissolve a humanidade das populações e corpos pretos no mundo ocidentalizado.

Na verdade, a colonialidade do ser, saber e poder, instrumentalizada por meio de racismos e sexismos, pode ser desviada em movimentos de giros e vacilos, jogos do corpo, palavras e ritmos. Caminhos trilhados no passado e no presente em que coletividades africanas e afro-diaspóricas apostam em suas próprias potencialidades (RUFINO, 2019).

A decolonialidade é esse projeto construído a partir do cruzamento de saberes que foram suprimidos e destruídos pela colonialidade. A decolonialidade se traduz no descentramento epistêmico, espécie de varredura dos projetos de tradução historicamente acoplados aos modos de vida e às culturas africanas e afro-diaspóricas, ora ditas fora do modelo de desenvolvimento e civilização moderna, ora ditas em atraso, quanto à razão técnica e científica vinda e imposta pela colonização. Uma estética afro contemporânea aponta para a urgência de apostar nas “potencialidades; realizá-las plenamente em todos os domínios, antes de mais nada para si mesma e só então para o mundo” (SARR, 2019, p. 152).

Construção de caminhos em desalinho, até aqui traçado pelos povos que foram posicionados numa condição de subalternidade, mas que tem se mostrado guerreiros na luta contra o colonialismo. Protagonistas da produção de outras perspectivas de existência no mundo, de uma virada do conhecimento, das práticas, dos poderes e saberes disputados em sociedade:

O desafio nos demanda outros movimentos, mirando uma virada linguística/epistemológica que seja implicada na luta por justiça cognitiva e pela pluriversalização do mundo. Devemos credibilizar gramáticas produzidas por outras presenças e enunciadas por outros movimentos para, então, praticarmos o que, inspirado em Exu e nas suas encruzilhadas, eu chamo de cruzo. A ancestralidade é a vida enquanto possibilidade, de modo que ser vivo é estar em condição de encanto, de pujança, de reivindicação da presença como algo credível (RUFINO, 2019, p. 15).

Ato coletivo ético, estético e político de afirmação de todas as formas de vida. De vidas que acenam com outras possibilidades de existências, valores, crenças, visões de mundo e relações sociais. Ações e relações que expressam em si o poder da pulsão vital disseminam e fortalecem o desejo de estar em equilíbrio com os seres e as forças que habitam o cosmos e que se mostram plurais em si mesmas.

É assim que entendemos a decolonialidade como ação ética, estética e política a favor da plenitude da vida, vida que é plural e que só se dá na/com a diferença. Mas, dizer que cada um/a diferi em relação a si mesmo não significa que não tenhamos o direito de usufruir de uma vida digna e ter acesso a condições plenas de existência no mundo que é absolutamente injusto com quem se torna diferente do padrão societário e civilizatório hegemônico. Não somos uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos. Dizer que somos iguais, para reivindicar o direito a existir da mesma forma que prevalece como única forma de bem-viver, pressupõem negar a diferença como força constituidora dos seres, coletividades e subjetividades. É pela diferença e na diferenciação legítima que podemos nos tornar singulares.

A interseccionalidade também serve como ferramenta conceitual de análise mais complexa das desigualdades sociais marcadas pelas posições de gênero, raça, sexualidade, classe, religiosidade, deficiência, entre outras. Repensar as desigualdades pela lente interseccional permite perceber o sistema de poder interligado à necessidade de requerer políticas públicas diferenciais para reduzir todas as formas de exclusão (COLLINS; BILGE, 2020).

O conceito lugar de fala criado por Djamila Ribeiro é outra ferramenta conceitual a ser operada na análise das resistências ao eurocentrismo e seus mecanismos de poder que impõem formas universais e hierárquicas de pensar e existir no mundo. Exercer o direito do lugar de fala não é afirmar um modo individual de pensar, mas romper silenciamentos, pois: “o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades” (RIBEIRO, 2019, p. 34). E o que se pretende é quebrar a visão universal de quem pode falar, do que e quem pode dizer e a verdade do que diz.

Ressaltar e reforçar o protagonismo de mulheres pretas nas lutas antirracistas e antissexistas é o objetivo deste texto. Mulheres pretas que, desde o início dos movimentos feministas negros no mundo e, em especial, no contexto afro-brasileiro, afro-latino, afro-americano e afro-diaspórico fazem das suas vozes ferramentas potentes de luta contra o racismo e o sexismo, borrando as fronteiras do silenciamento e embranquecimento colonial. Protagonistas nos cotidianos micropolíticos e nas movimentações macropolíticas do feminismo negro.

ENFRENTAMENTOS ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS, RACISMOS E SEXISMOS

A produção de desigualdades sociais e de gênero, associadas aos racismos e sexismos, torna ainda mais perversa as condições de existência de mulheres pretas periféricas em nosso país. São elas que formam a maior parcela da população brasileira subjugada às injustiças sociais. Como mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, realizada no período de 1995 a 2015, o contingente populacional de mulheres pretas no Brasil totaliza 55,6 milhões, são elas que chefiam 41,1% das famílias pretas e recebem, em média, 58,2% menos em relação às mulheres brancas, tendo em vista que a maioria vive em situação de profunda vulnerabilidade social causada pelo agravamento do desemprego. Também são as mulheres pretas que desempenham ocupações de menor renda, principalmente o serviço doméstico, grande parte sem as garantias trabalhistas.

Em relação à população carcerária, o Brasil é o 4º país que mais prende mulheres: 62% delas são pretas. Outro dado relevante da desigualdade social vivida pelas mulheres pretas, nos tempos atuais, refere-se ao fato de ter sido constatado, no ano de 2020, em meio ao isolamento social gerado pelas medidas sanitárias governamentais de contenção da Pandemia da COVID-19, o crescimento dos casos de feminicídio. O Brasil contabilizou 1.350 casos de feminicídio - um a cada seis horas e meia, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O número é

0,7% maior comparado ao total de 2019. Três a cada quatro vítimas de feminicídio tinham entre 19 e 44 anos. Mulheres pretas são a maioria (61,8%) das vítimas (PASTORAL CARCERÁRIA, 2018).

Mesmo que subjugadas às políticas de morte e à inúmeras exclusões, muitas mulheres tem atuado em inúmeras frentes, nos movimentos sociais dos feminismos negros, nas universidades e escolas, na produção de novos conhecimentos, lançando suas vozes e reivindicações na sociedade brasileira, lutando para que essas sejam reconhecidas e atendidas. Mulheres pretas que se tornam forças potentes de criação de outras vidas possíveis ao exercer lugar de fala em combate aos racismos e sexismos.

Mulheres pretas ativistas fizeram a crítica aos movimentos feministas que reiteravam as desigualdades raciais em seus discursos. Como adverte Ribeiro (2019, p. 34): “Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de outra forma”. A autora afirma ainda que:

O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas. A teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala nos faz refutar uma visão universal de mulher e de negritude, e outras identidades, assim como faz com que homens brancos, que se pensam universais, se racializem, entendam o que significa ser branco como metáfora do poder, como nos ensina Kilomba. Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2019, p. 39).

Foi assim que o 1º Encontro Nacional de Mulheres Pretas foi realizado em 1988, na cidade de Valença (RJ). E, em 2015, na cidade de Brasília, capital brasileira, aconteceu a “Marcha das Mulheres Pretas contra os racismos, a violência e pelo bem viver”, ação que contou com a participação de mais de cinquenta mil mulheres pretas de todo o mundo.

Três anos depois, em 2018, outro movimento se fez com o “Fórum Permanente de Mulheres Pretas: Avaliação dos 30 anos do Encontro Nacional de Mulheres Pretas”, durante o 13º Fórum Social Mundial, em Salvador (BA), um momento especial de avaliação da trajetória de organização das mulheres pretas nessas últimas três décadas. Conforme afirmado no relatório do Fórum, o protagonismo das mulheres pretas tem dado visibilidade à sua agenda de direitos. Inúmeras organizações foram criadas e qualificaram o embate/debate político-ideológico sobre os racismos e os sexismos na sociedade brasileira:

As mulheres pretas brasileiras protagonizaram avanços no plano organizativo, no plano das políticas públicas e marcaram a trajetória política de desmonte do “mito da democracia racial”. As mulheres pretas brasileiras travaram à luta e a crítica contra o capital, as relações de classe, e todas as formas de opressão, propondo uma sociedade com base na dignidade humana, no desenvolvimento humano, social e equitativo. Ou seja, as mulheres pretas tem reivindicado o estabelecimento de um novo Pacto Civilizatório para o Brasil. “Se fomos vitoriosas?...” Os debates apontaram que, parcialmente, sim, mas que ainda tem-se muito a percorrer (13º FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2018, p. 5).

No debate, a discussão do racismo foi associada ao “aprofundamento das desigualdades, empobrecimento da população negra, concentração de riquezas, feminicídio de mulheres pretas, assassinato de jovens negros, encarceramento da população negra, crescente encarceramento das mulheres pretas em todo o país” (13º FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2018, p. 5).

Evidenciar vozes de mulheres pretas que foram grandes protagonistas do ativismo e da produção científica no Brasil e que abriram caminhos em tempos duros de racismos, sexismos e colonialismos, é reconhecer a verdade que elas anunciam. Patrícia Collins e Sirma Bilge (2020), feministas afro-americanas, referem-se às interconexões entre as gerações mais velhas e as gerações mais novas de mulheres pretas brasileiras, latino-americanas e caribenhas ativistas. Nesse sentido, ressaltam que ativistas como Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro forneceram a base para a nova geração de ativistas organizar o Festival Latinidades, evento anual de afro-latinas e afro-caribenhas, sendo o maior Festival de mulheres pretas da América Latina e, na sua sétima edição, foi realizado em Brasília em 2014, reunindo mais de mil mulheres pretas e pessoas aliadas.

As autoras enfatizam que, esse Festival teve como propósito promover a “igualdade racial e combater o racismo e o sexismo”, movimento que deu continuidade ao legado das gerações de mulheres ativistas anteriores e mostrou o uso da interseccionalidade como categoria analítica fundamental no feminismo afro-brasileiro. Os laços intergeracionais permitiram às pretas mais jovens estabelecer conexões entre raça, gênero e classe, vistos e tratados, muitas vezes, de forma separada. O evento em si foi interseccional, à medida que recebeu pessoas de todas as esferas da vida. Lideranças comunitárias, mães e pais, artistas e representantes de escolas de samba, professores e professoras das escolas e universidades, estudantes de ensino médio a pós-graduação, servidoras e servidores públicos, membros de diversos grupos raciais/étnicos de todas as partes e regiões do Brasil, bem como da Costa Rica, do Equador e de outras nações da América Latina e do Caribe (COLLINS; BILGE, 2020).

Nesse contexto, o Festival Latinidades não apenas tratou da necessidade de relação entre as divisões sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, nacionalidade e capacidade, como também promoveu a aproximação de pessoas do meio acadêmico e comunitário, idosas e jovens que aprenderam umas com as outras. Presença e mistura de corpos, texturas, peles, cabelos, cores, linguagens, idiomas, e tantos outros elementos conectados entre si, desafiando o racismo e o sexismo que insistem em aprofundar desigualdades sociais entrecruzadas com outras categorias que tornam mulheres, idosos, crianças, pessoas não brancas, pessoas trans, pessoas com capacidades diferentes, populações sem documento e grupos indígenas mais vulneráveis (COLLINS; BILGE, 2020).

Relações intergeracionais são recorrentes nas culturas as populações pretas que entrelaçam existências de mulheres velhas e jovens, avós, mães e netas em diferentes tempos e contextos, cujas histórias de vida se aproximam e se cruzam. Um enredo de vidas pretas que inventam diferentes estratégias de enfrentamento aos sexismos e racismos, desde a mais tenra idade. Infâncias entrelaçadas de meninas/mulheres pretas, algumas delas lidas e conhecidas, outras vividas no anonimato.

MULHERES PRETAS

Falamos aqui de mulheres pretas cujas histórias, memórias, saberes, olhares e fazeres projetam possibilidades de criação de uma educação antirracista e antissexista. Entre elas, as grandes ativistas, pesquisadoras e escritoras Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento. Três mulheres, que foram contemporâneas nas lutas feministas negras, num dos períodos mais difíceis da história brasileira, em que vigorou o regime de ditadura militar, nas décadas de 1960 a 1980.

Lélia Gonzalez revela que desde a infância sentiu na pele a condição de subalternidade imposta às meninas pretas, assim escreve:

Quando criança, eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse para casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi muito contra isso então o pessoal terminou me trazendo de volta para casa (LITERAFRO, Faculdade de Letras, UFMG).

Num tempo em que mulheres pretas apenas tinham como possibilidade o trabalho doméstico, Lélia conseguiu concluir o ensino médio (1954), numa escola carioca tradicional, o

Colégio Dom Pedro II e ainda, quatro anos depois, concluiu História, Geografia e Filosofia (1962), na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E tornou-se professora universitária (VIANA, 2006).

Como ativista, foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR, nome mais tarde reduzido para MNU), fundado em 1978, cujas causas fundamentais foram a crítica ao mito da democracia racial, a luta contra a violência e a discriminação e a defesa de políticas públicas para a comunidade afro-brasileira. Luta em que foi uma das protagonistas das causas de mulheres pretas a denunciar o sexismo no próprio movimento negro, como herança do patriarcado, e o racismo do feminismo branco. Sua militância se estendeu também no meio acadêmico e além-fronteiras:

Em diálogo profícuo com a produção do seu país, a autora faz uma crítica radical aos chamados intérpretes do Brasil, reagindo ao arianismo de Oliveira Vianna e ao elogio da mestiçagem de Gilberto Freyre, ou mesmo às tintas patriarcais das formulações de Caio Prado Jr. em seu famoso A formação do Brasil contemporâneo. Ela também acompanha de forma atenta e crítica a escola paulista de sociologia, analisando os trabalhos dos estudiosos que investiram no entendimento das relações raciais brasileiras, liderados por Florestan Fernandes, e as interpretações que visavam dar uma explicação para a especificidade do capitalismo que se estabelecia no Brasil e na América Latina, tendo como referência a produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso (RIOS; LIMA, 2020, p. 7).

Fortemente engajada na descolonização política e epistemológica, Lélia foi autora de uma fecunda produção intelectual, influenciada por autores e autoras africanos/as, norte americanos/as e latinos/as. Seu legado é incontestável e serve de munição política e teórica para a defesa das pautas e causas de mulheres pretas até os dias atuais.

Assim como Lélia, Maria Beatriz Nascimento também sofreu na carne a crueldade do racismo. Ainda na infância, Beatriz, como milhares de crianças nordestinas das famílias que na época migravam para a região Sudeste em busca de condições de sobrevivência, foi para os subúrbios cariocas e no Rio de Janeiro concluiu a graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1971.

Logo após, tornou-se professora da rede estadual fluminense. Junto com outras pesquisadoras e pesquisadores fundou o Grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também cursou a Pós-Graduação em História do Brasil. Nos anos finais da década de 1970 e início de 1980, Lélia e Beatriz foram militantes fortemente engajadas nos movimentos sociais negros organizados, mantendo vínculo com o MNUCDR, depois chamados MNU (LITERAFRO, Faculdade de Letras, UFMG).

O enfrentamento aos racismos e aos sexismos percorreu a vida de Lélia e Beatriz. Ambas foram pesquisadoras e escritoras. Beatriz não concluiu o mestrado, pois fora vítima de feminicídio. Seu legado intelectual se deu fora do universo acadêmico, dedicando seus estudos especialmente, aos quilombos, entendidos por ela como territórios de corpos negros em movimento, assim falou: “A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou”.

No livro “Eu sou atlântica”, escrito por Alex Ratts (2006), antropólogo parceiro de pesquisas de Beatriz, este diz que ela se recusou a ocupar um lugar social determinado para as mulheres pretas na estrutura social brasileira, racista e sexista, experimentando um outro lugar de fala - pessoal, acadêmico e político:

Imagino Beatriz serena, irada, cansada, alegre, pensativa, disposta... A grandeza da alma de uma pessoa, em contraposição à vida breve desses indivíduos significativos que se constituíram como “individualidades fortes”, nos leva a equações de aparente incongruência. Que Beatriz Nascimento seja referência “intelectual ativista insurgente”, mas também passível de crítica. Que seja uma imagem de mulher negra, quase ícone, uma estrela negra e que possa estar próxima. Que Beatriz seja o que foi em sua existência humana: demasiado humana. Que sua noite “não adormeça em nossos olhos”, a exemplo do que nos solicita o poema de Conceição Evaristo, a ela dedicado (RATTS, p. 79, 2006).

Sueli Carneiro também se refere à dolorosa experiência da infância durante a vida escolar que a forçou a enfrentar, desde cedo, o racismo e o sexismo. Na carreira acadêmica e política, Sueli Carneiro é uma grande referência do feminismo negro. Doutora em Filosofia pela USP e fundadora do GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde específico para mulheres pretas (LITERAFRO, Faculdade de Letras, UFMG).

A edição comemorativa dos vinte e três anos do GELEDÉS, publicada no caderno IV Mulher Negra (SILVA, 1993), reúne três textos de Sueli Carneiro: “O poder feminino do culto aos orixás”, um dos mais antigos textos por ela escrito onde se refere à mitologia iorubana, como inspiração para a análise dos problemas cotidianos das mulheres pretas frente ao patriarcado; “Organização nacional das mulheres pretas: desafios e perspectivas”, texto decorrente da análise feita por ela do *I Encontro Nacional de Mulheres Pretas*, realizada em 1988, onde amplia a discussão sobre a diversidade das mulheres pretas brasileiras e a necessidade de sua atuação política; e “Identidade feminina”, no qual a autora enfatiza a interseccionalidade como elemento primordial para pensar o feminismo negro.

Outra fonte bibliográfica significativa que resgata memórias de outras mulheres pretas, seus antepassados e descendentes, é o livro “Mulheres pretas contam sua história”. Trata-se de uma obra publicada no ano de 2013, por meio da efetivação de uma política da Secretaria de Políticas Para as Mulheres e que contou com o apoio da Secretaria de Promoção e Igualdade Racial. Essa iniciativa decorreu do compromisso assumido pelo governo brasileiro com o enfrentamento aos racismos e aos sexismos, naquele período histórico. Um edital público foi lançado com vistas a estimular à escrita e divulgação das experiências de autoras que viviam no anonimato suas experiências de vida e lutas no combate à discriminação racial e de gênero. Inscreveram-se na chamada mulheres pretas que concorreram em duas categorias: na categoria redação houve quatrocentos e vinte e uma inscritas. Na categoria ensaio foram cem inscrições. A Comissão julgadora foi formada também por mulheres pretas: Sueli Carneiro, Maria Aparecida da Silva, Maria da Conceição Evaristo de Brito, Maria de Lourdes Teodoro, Matilde Ribeiro, Tânia Regina Santos Silva e Valdice Gomes da Silva. Foram duas menções honrosas em cada categoria que compuseram, juntamente com outros dez textos selecionados, a obra literária.

Selecionamos alguns fragmentos das histórias escritas por Marisol Kadiegi, Dóris Regina da Silva e Tássia Nascimento que sinalizam estratégias de resistência engendradas no enfrentamento às violências praticadas aos seus corpos e às interdições provocadas pelo branqueamento eurocêntrico, antropocêntrico, sexista e cristão.

Marisol, mulher preta, africana, jornalista e professora de Arte e Literatura na Universidade Privada de Angola, conta no livro citado que nasceu numa aldeia chamada Candunda na Angola e que seu pai era Sobá (líder máximo da comunidade). A ela foi atribuído o nome Luzembo Kadieg: “Era a única menina em meio a outros onze irmãos; filha da segunda das quatro mulheres de meu pai” (KADIEGI, 2013, p. 38).

A história contada por Marisol acerca de sua infância e da vida adulta é marcada por uma dolorosa ruptura dos laços afetivos com a sua família e comunidade, pois, ainda criança, fora arrancada da sua Terra, em razão das guerras de libertação colonial.

Embora não tenha vivido no mesmo contexto que Marisol, Dóris, mulher preta, afro-brasileira, retirante nordestina, pedagoga, secretária do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), conta a história também da infância, dizendo não se reconhecer na atriz Dóris Day que motivou seu pai a escolher seu nome:

Uma menina magrinha cujos cabelos crespos estavam sempre presos. Os fios da frente se quebravam com a pressão dos elásticos e certo dia vendo a minha sombra disse a mamãe que meus fios arrepiados pareciam os raios do sol, embora a cor deles fosse escura e totalmente diferente daquela atriz a quem meu pai quis homenagear (SILVA, 2013, p. 127).

Apesar da vontade de participar e aprender sobre a cultura de seus antepassados, testemunhou o embranquecimento forjado pela conversão dos familiares à religião evangélica e o apagamento das memórias que a ligavam às simbologias religiosas afro-brasileiras. Dóris conta que os rituais religiosos afro-brasileiros fizeram parte de sua infância:

A curiosidade própria da infância trazia o desejo de explorar outros espaços e possibilidades, me levando a cruzar o terreiro de umbanda de minha tia-avó, Maria de Jesus, que ficava nos fundos do quintal e dava acesso a um terreno baldio. Enquanto corria de uma porta a outra para alcançar a saída e chegar ao terreno vizinho para brincar, olhava de soslaio o altar dos santos. Não sabia se corria de medo de levar uma surra de mamãe – de correia ou de “espadas” de São Jorge –, ou se daquelas imagens sacras das quais eu pouco sabia ou entendia, tampouco dos rituais que aconteciam naquele lugar e dos quais eu só ouvia de longe os sons dos tambores e os cânticos (SILVA, 2013, p. 130).

A resistência ao processos de interdição e captura dos corpos de mulheres pretas, é destacada por Tássia, mulher negra, afro-brasileira e professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino em São Paulo, no seu texto “Vozes-mulheres” tece uma rede de histórias de vida de mulheres pretas, como Conceição Evaristo e Carolina de Jesus e tantas outras que, como ela, criaram maneiras de subverter as desigualdades sociais, o racismo e o sexismo, expresso pelos padrões culturais que relegam às mulheres pretas ao serviço doméstico, ao trabalho feito para os brancos e a maternidade.

As narrativas de mulheres pretas trazidas neste texto evidenciam batalhas diárias pelo direito à vida. Com recorrência mulheres pretas são forçadas a enfrentarem seus medos, dificuldades e preconceitos provando sua força o tempo todo. É negado qualquer sinal de fragilidade, pois isso as torna ainda mais vulneráveis. Decorre que o que se espera é que mulheres pretas sejam naturalmente fortes.

Vale, então, citar o texto “Pelo direto a desaguar: uma carta para as meninas-mulheres pretas”, escrito por Valério (2020), que também narra suas experiências como mulher negra que aprendeu desde cedo a enfrentar as dores e os preconceitos racistas e sexistas, sem que pudesse “desabar” diante das enormes desigualdades sociais, de gênero e raciais. Como escreve Valério (2020):

Compreendi que reconhecer-me frágil era uma estratégia de sobrevivência bem mais eficaz que a de negar-me, pois, permitia-me escoar todas as angústias, traumas e dores guardadas e, assim, poderia contribuir, de fato, com as nossas lutas, pois estaria bem, saudável, fortalecida. E, acreditem, não há algo mais transgressor que uma mulher negra feliz, viva! (VALÉRIA, 2020).

Histórias e memórias de mulheres pretas revelam certas semelhanças quanto ao enfrentamento aos racismos e sexismos. Combate que não se encerra e que também é função da educação nas escolas e universidades, pois, são batalhas que devem ser travadas coletivamente e de modo que cada mulher preta possa viver dignamente, diante de um mundo que, por séculos, negou e, em certa medida, ainda nega o poder de suas palavras, das suas existências, o brilho nos olhares de mulheres pretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo em condições cruéis de subalternização impostas, populações negras inventam modos próprios de cultivar suas existências e resistências. Muitas forças tem se somado ao projeto decolonial de retomada das tradições dos povos originários e tradicionais que tiveram seus saberes, modos de vida e visões de mundo negadas pelo eurocentrismo aliado ao colonialismo contemporâneo, as necropolíticas capitalistas que mantêm práticas excludentes, racistas e sexistas. Sinais perversos dos epistemicídios colonialistas, racistas e sexistas decorrentes do padrão religioso, societário e civilizatório eurocêntrico, antropocêntrico, machista e patriarcal que constituem historicamente a sociedade brasileira. Política de branqueamento pautada, também, no cientificismo moderno, inclusive pela institucionalização da escola como lugar que resguarda a educação das futuras gerações aos moldes da sociedade branca, capitalista e cristã.

Em contracorrente aos racismos e sexismos, os fragmentos das histórias e escritas das mulheres pretas trazidas neste texto apontam o protagonismo por elas criado nas experiências cotidianas, nos espaços e contextos vividos, por meio de seus olhares, lutas e resistências. Mulheres que tomam o lugar de fala e lançam com seus olhares um universo de possibilidades para pensar e transformar a educação. Ressaltamos o protagonismo de mulheres pretas que nos contam sobre suas estratégias de luta e nos mostram que a força e sensibilidade contida nas suas palavras têm um grande teor e valor pedagógico.

Logo, desejamos que o movimento do pensamento e a afetação experimentada com a leitura deste texto seja o de desaprender o que nos torna incapazes de esquecer o que se aprendeu

como uma única forma legítima e possível de viver e estar no mundo. O que nos torna insensíveis às inúmeras possibilidades de conhecer e olhar o mundo, de estranhá-lo naquilo que nos impede de ver a diferença e reconhecer em cada ser uma singularidade. Em cada mulher preta uma vida a aprender.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CORREIO BRASILIENSE. Brasil registra um caso de feminicídio a cada 6 horas e meia. **Correio Braziliense**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4937873-brasil-registra-um-caso-de-femicidio-a-cada-6-horas-e-meia.html>. Acesso em: 04 out. 2021.

Fórum Permanente de Mulheres Pretas: avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Pretas. **13º FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**, 14 e 15 de março de 2018, Salvador, Bahia.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **População Brasil/RS**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama> Acesso em: 03 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-do-desenvolvimentohumano-2019.html> . Acesso em: 06 out. 2021.

KADIEGI, Marisol. Do luto à luta: a história de três continentes marcados pelo racismo. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Prêmio Mulheres Pretas Contam sua História** – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, p. 38-47.

LITERAFRO. **Beatriz Nascimento**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento> Acesso em: 30 nov. 2021.

LITERAFRO. **Lélia Gonzalez**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez> Acesso em: 30 nov. 2021.

LITERAFRO. **Sueli Carneiro**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro> . Acesso em: 30 nov. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018, 71 p.

NASCIMENTO, Tássia. Vozes-Mulheres. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Prêmio Mulheres Pretas Contam sua História** – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, p. 180-208.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2019, 111 p.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Lélia Gonzalez. São Paulo: Zahar, 2020.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro, RJ: Mórula Editorial, 2019.

SILVA, Dóris Regina B. da. Teias da memória e fios da história: laços e entrelaços. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Prêmio Mulheres Pretas Contam sua História** – 2013. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, p. 126-155.

SARR, Felwine. **Afrotopia**. Traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

SILVA, Nilza Iraci. **Mulher Negra**. Caderno IV Gelédes. São Paulo: Instituto da Mulher Negra, 1993.

TREVISAN, Maria Carolina. **Brasil é o 4º país que mais prende mulheres**: 62% delas são negras. São Paulo: Pastoral Carcerária Nacional, 2018. Disponível em: <https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada/brasil-e-o-4o-pais-que-mais-prende-mulheres-62-delas-sao-negras>. Acesso em: 13 jul. 2021.

VALÉRIO, Amanda C. F. **Pelo direito a desaguar: uma carta para as meninas-mulheres pretas**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pelo-direito-a-desaguar-uma-carta-para-as-meninas-mulheres-pretas/>. Acesso em: 28 julho 2022.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. Relações raciais, gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez (1970-1990). **Dissertação** (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=35625 Acesso: 12 jul de 2018.